



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 332 - DE 15 a 29 DE JANEIRO DE 2007 - R\$ 2,00

Não ao Salário Mínimo de Fome de Lula!
**Por um salário mínimo vital, calculado nas
assembléias de base e que atenda às reais
necessidades da família trabalhadora!**



**Posse de Lula:
Um 2º mandato
de crise e de
aplicação de
reformas
antinacionais e
antipopulares**



**Chavez:
um governo nacionalista
que não será capaz de
romper com o imperialismo**

**Os EUA mandaram enforcar Saddam.
É preciso expulsar o imperialismo,
para que as massas alcancem
a autodeterminação!**



Posse

Segundo governo de Lula

Não faltaram ameaças – jogo de cena – à posse de Lula. A Justiça questionou as contas do governo. Não foi além de bate-boca entre os poderes. Mas o fato mostrou o quadro de desmoralização política do segundo governo Lula. Diferentemente da primeira posse, toda cheia de novidade e entusiasmo, o governo reeleito viu minguar o apoio dos aparatos burgueses.

Lula quis reproduzir sua aparição retumbante. Montou um enorme esquema para a posse. O PT convocou a CUT e sindicatos para inflar a festa do presidente. A presença de populares arregimentados foi escassa. Os governadores anteciparam o horário de suas posses na mesma data, para comparecerem à posse de Lula. E o discurso do presidente foi obscurecido pela oratória opositora de José Serra, em São Paulo.

O brilho do ex-metalúrgico que recebeu 58 milhões de voto foi nublado neste contexto de posses e críticas oposicionistas.

Desta vez não pôde apresentar nenhum projeto retumbante, como o Fome Zero, geração de 10 milhões de emprego etc. Mas o caudilho não dispensou o luxo da posse e o passeio em carro aberto, nem o gesto de cópia de Juscelino Kubtschek, inventor de Brasília e agente do capital multinacional. Não faltou no cenário a imitação também do “pai dos pobres”, Getúlio Vargas. Tamanha caricatura serviu de piada e gozo de setores da inteligência burguesa. Enfim, o cofre público gastou uma fábula para a aparição do vencedor das eleições.

Não é possível pintar um outro quadro, senão esse, da posse de Lula.

Falta algum detalhe? O PT ficou tão apagado na festa de Lula, que não chegou a constituir um detalhe na paisagem. Os organizadores da posse procuraram isolar o presidente dos acólitos petistas. A ordem era não deixar que o PT e os asseclas acusados de mensalão, compra do dossiê do caso sanguessuga etc. pintassem no cenário e manchassem a figura do novo governo.



Posse: governadores foram a Brasília para beijar a mão e pedir recursos

Está aí retratada a face do segundo governo de Lula.

Podridão

Em seguida ao escândalo do mensalão, que absolveu a maioria dos implicados, estourou o escândalo do caso sanguessuga, envolvendo parlamentares de todos os partidos, cerca de 100 foram denunciados. Resultado: os lobos não comeram as ovelhas. Foram considerados ilibados.

O volume da corrupção é tão grande e o número de políticos implicados é tão vasto que não tem sentido tomar qualquer medida – o cupim comprometeu toda a casa. Mas esse bicho roedor – pode ser também ratos – não vem de fora, faz parte do habitat. É assim que funciona o Estado burguês.

O governo Lula expressa essa realidade institucional e política.

O presidente e seus assessores se defendem das acusações de corrupção dizendo que esta sempre houve e que não é maior em seu governo, e que parece

maior porque nunca nenhum governo permitiu que a podridão viesse à tona e que tanta investigação ocorresse. Falta completar que, tanto quanto a outros governos, Lula esteve e está envolvido e que o Estado que governa protege os bandidos descobertos em flagrante delito.

Os parlamentares que dizem não ter nada a ver com as quadrilhas que assaltam o orçamento não se pejam em pretender um salário de 24.500,00 Reais. Diz-se que determinadas funções no Estado devem ser bem remuneradas, para que os seus agentes não se loqueitem por fora. É um princípio burguês que não funciona.

Os congressistas recebem um salário de 16.500,00 livres de despesas com moradia, transporte; recebem 15º salário, gratificações, enfim, custam ao cofre da União 100.000,00 por mês cada um. Os privilégios dos governantes são próprios dos gestores dos negócios da burguesia.

Lula, no começo de seu primeiro mandato, referiu-se à “caixa preta do Judiciário”. Quis apontar os altos salários e a corrupção. Com a “reforma do Judiciário”, criou-se Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cuja finalidade era fiscalizar e controlar os atos do judiciário e do ministério público. Não tardou para que aumentassem seus salários, equiparando-os aos dos juizes do Supremo Tribunal Federal (STF), no valor de 24.500,00 Reais. O escândalo foi tal que, como no caso dos parlamentares, a medida foi barrada.

Lula procurou não se imiscuir nas disputas internas do parlamento e do judiciário em torno dos ricos salários. Na realidade, foi abertamente conivente com o projeto de aumento dos parlamentares, concebido por Renan Calheiros (PMDB) e Aldo Rebelo (PCdoB). O Estado é uma grande cova de ladrões. O governo reformista do PT passou a fazer parte dela.

Crise nos estados

A primeira atitude dos novos gover-

nadores empossados, na maioria dos casos, foi anunciar que não têm caixa para saldar as dívidas. Prevêem atraso dos salários do funcionalismo, demissões e cortes administrativos. Estados mais desenvolvidos, como Rio Grande do Sul pretendem congelar os salários, por dois anos. E um dos mais atrasado econômico e socialmente como o Maranhão se encontra quebrado.

Em toda parte persiste a miséria das massas. A saúde é calamitosa. No rico estado do Rio de Janeiro, a pobreza se alastrou, a rede pública de saúde (SUS) se mostra falida e marginalidade avança, arrastando boa parte da juventude. Esse mesmo retrato se reproduz no estado mais poderoso do País – São Paulo.

As ações do crime organizado em São Paulo e Rio expressam a decomposição do capitalismo.

O orçamento destinado à segurança só faz crescer. Os presídios não dão conta dos milhares de presos, que se espalham por todo canto. Cada vez mais, os governos têm de ampliar o contingente policial e a rede carcerária. O Judiciário consome gigantescas somas. Em vários estados, a justiça gasta mais que toda segurança (polícia, presídio etc). Fabulosos gastos parasitários, desviados da educação, da saúde, da moradia etc.

Excetuando a aristocracia muito bem paga pelos estados, a esmagadora maioria do funcionalismo vive à mingua. Mas os governos enchem os cofres das empreiteiras que superfaturam e de toda sorte de empresários que vivem às custas do dinheiro público, dependem uma fábula em subsídios e isenções para multinacionais, grandes agropecuaristas, agroindústria, promovem a guerra fiscal.

Assim cresce a burocracia estatal e com ela o parasitismo econômico e social.

A lei de responsabilidade fiscal, criada por FHC, veio no sentido de obrigar o pagamento da dívida dos estados e municípios para a Federação, e desta para os banqueiros nacionais e internacionais. As dívidas dos estados e municípios fazem parte da dívida pública, que de conjunto corresponde cerca de 50% do PIB. As altas taxas de juros – mesmo com a redução nos últimos tempos – continuam a enriquecer os banqueiros e a dilapi-



Lula e os militares: manterá impunes os torturadores

dar os orçamentos estatais.

Os governos tiveram, assim, seus orçamentos limitados. O que fazem? Descarregam nas massas carentes, que não têm acesso aos atendimentos privados de saúde e educação.

O governo Lula compactuou com essa política. Nesse segundo mandato, depende muito mais ainda dos governadores.

Governo popular?

Lula se auto-denominou “governo popular”, em seu discurso de posse. Isso para responder à oposição peessedebista/peefelista que o acusa de “populista”, por ter manejado bem o assistencialismo para se reeleger.

Considerando a trajetória política, Lula representou para o PT a constituição de um “governo democrático e popular”, que assentaria em uma aliança do “campo democrático e popular”. Trata-se da estratégia do reformismo, que assimilou heranças do estalinismo, castrotrismo.

O reformismo idealiza o Estado burguês, ou seja, mascara a ditadura de classe da burguesia, que representa a grande propriedade capitalista. Na prática, o governo democrático e popular do PT se mostrou submetido a toda laia de politização. O que mais ilustra essa realidade é a aliança de Lula com o malufismo (PPs), sarneysmo.

No segundo mandato, lá está o ladrão Maluf ao lado do popular Lula. Mas o mais importante é o estreitamento da relação de Lula com Sarney, que representa uma das alas da oligarquia peemedebista. O PT ficará nos bastidores, possivelmente no limbo. E o PMDB en-

cabeçará a aliança e a governabilidade.

Lula não perdeu o carisma de caudilho diante dos pobres, que lhe deram o segundo mandato, mas seu governo não dependerá dos milhões de pobres, mas sim do PMDB, da oligarquia partidária. O que quer dizer que o segundo governo de Lula será empurrado mais para a direita.

No primeiro mandato, Lula combinou os interesses do grande capital com o assistencialismo populista. A burguesia ganhou muito e as condições econômicas permitiram doar esmolas a milhões de miseráveis, por meio das “ações afirmativas”. Lula terá de restringir essa combinação – o mal chamado “crescimento com distribuição de renda” -, já começou limitando o aumento do salário mínimo.

Descartou uma nova reforma da previdência de imediato, mas conforme o andamento da economia poderá retomá-la. A presença marcante o PMDB no governo será um fator poderoso de pressão nesse sentido.

A tendência é de se manter os choques entre as frações do capital no seio do Estado, principalmente entre o financeiro e industrial. A alta carga tributária, o câmbio valorizado, as altas taxas de juros, o crescimento da dívida pública, a situação de quebra de grandes estados da Federação conformam uma situação desfavorável e que poderá se agravar, transbordando em crise política.

O “governo popular” de Lula – na verdade, um governo do grande capital e pró-imperialista – está na dependência das forças direitistas da burguesia. Não é por acaso que lançou o termo “destravar a economia”, para crescer a taxas acima de 5%. Que quer dizer atuar mais incisivamente de acordo com os planos do grande capital nacional e internacional.

O problema central está no fato do PT ainda arrastar a CUT e os sindicatos por detrás do governo burguês de Lula. A burocracia atuará com mais vigor ainda contra a mobilização operária e popular.

A tarefa da militância revolucionária é a de defender amplamente o programa de reivindicações da classe operária e trabalhar pela independência das organizações dos explorados frente ao governo e toda política burguesa.

Expansão e concentração do ensino superior privado

A reforma do ensino sob a diretriz do Banco Mundial, que ditou a municipalização do ensino fundamental e criou as condições para a expansão da privatização do nível superior, completou dez anos. Nos primeiros cinco anos, houve uma corrida desenfreada na criação de faculdades e universidades particulares. Favorecidos pela legislação de abertura de cursos, os capitalistas investiram no setor educacional com o objetivo de atrair uma parcela significativa da classe média que não tinha acesso as poucas universidades públicas. No estado de São Paulo, grupos privados implantaram faculdades em grande parte dos municípios. A expansão da rede particular superior, como todo negócio capitalista, padeceu da concorrência, e as pequenas faculdades não conseguiram se manter no mercado. Nos últimos anos, assistimos o aumento da ociosidade de vagas e parte dessas escolas envolvida em crises financeiras.

A tendência do capital é a concentração e/ou fusão. Na educação superior, esse fenômeno se materializou na formação de grandes conglomerados de ensino mercantilizado. A Universidade Estácio de Sá possui 180 mil alunos, 56

unidades e está presente em 11 estados. A Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), com mais de 50 mil estudantes, possui institutos em 6 estados. Nesse mesmo sentido, reuniram vários IES que são mantidos pela mesma mantenedora, são os “holdings educacionais”. Como exemplo temos a Anhanguera Educacional, uma S.A. com 14 institutos em 10 cidades. Essa forma de concentração vem sendo incentivada pelo Banco Mundial, que em dezembro de 2006 emprestou 12 milhões de dólares para Anhanguera Educacional dobrar sua expansão. O capital estrangeiro começou a comprar universidades, como a Universidade Anhembi Morumbi, adquirida pela Laurete Internacional. Outros grupos estrangeiros estão de olho nesse negócio rendoso.

Os grandes conglomerados atuam para conquistar o mercado e, para isso, exercem pressão sobre os valores das mensalidades. As universidades de pequeno porte não conseguem competir nesse campo. O resultado para muitas delas têm sido a venda ou a manutenção em cidades que não há interesse por parte dessas empresas educacionais.

Também contribuíram para a forma-

ção dos aglomerados educacionais a legislação de criação do ensino à distância, os cursos presenciais de duração reduzida e os subsídios estatais que comparecem por meio da compra de vagas ociosas (ProUni) e os programas como os “jovens Acolhedores”, “Família na Escola” etc, que utilizam os estudantes como prestadores de serviços nas escolas públicas em troca da mensalidade.

Estas são algumas das drásticas conseqüências da reforma educacional. Destrói a escola pública e potencia o ensino mercantilizado. Os grandes favorecidos pela reforma foram os grupos capitalistas nacionais e estrangeiros. Nesses dez anos de imposição da reforma do Banco Mundial, o ensino privado superior cresceu em detrimento do estatal. O governo Lula seguiu a mesma diretriz.

Os trabalhadores e os estudantes devem combater duramente a reforma educacional na sua totalidade. A luta contra a expansão e concentração do ensino mercantilizado tem de ser materializada na bandeira: *Fim do educação privada por meio da estatização. Ensino público e gratuito em todos os níveis para que a população assalariada tenha acesso.*

Capitalismo reserva: mais pobreza e miséria para milhões de pessoas no mundo

O relatório oficial pelo Instituto Mundial de Pesquisa e Desenvolvimento (ONU) não pôde esconder o crescimento da pobreza, nos últimos quinze anos. Certamente, os dados são mais alarmantes, porque uma parte da população sequer faz parte das estatísticas. Trata-se dos sem domicílios fixos, dos sem registro de nascimento e daqueles que vivem à míngua em locais de muito difícil acesso.

Em 1992, demagogicamente, os países imperialistas se comprometeram na “Agenda 21” em destinar 0,7% do seu produto bruto para a ajuda aos países mais pobres. Diziam que essa quantia permitiria solucionar problemas como o de saneamento, saúde e educação para um contingente da população alijada desses serviços elementares. Para isso, divulgaram a pesquisa constatando que 840 milhões de pessoas passam fome; 2,7 bilhões vivem abaixo da linha da pobreza; mais de 1 bilhão não dispõe de água potável; 2,5 bilhões não têm saneamento básico e 11 milhões de crianças morrem todos anos de doenças que são curáveis.

Passados os quinze anos, os países não cumpriram com suas metas, que se reduziram a “ajuda” de 0,22%. Os Estados Unidos contribuíram com a esmola de 0,1%. Na realidade, os imperialistas são os causadores da pobreza de bilhões de pes-

soas. O assistencialismo da “Agenda 21” não passou de uma farsa, que serviu para encher os olhos dos reformistas piedosos.

Os resultados divulgados atestam a violência do capital sobre as massas e acentuam uma das contradições desse sistema de exploração do trabalho, que é a concentração da riqueza nas mãos de poucos e a miséria para bilhões.

Esse é o retrato:

1% da população mundial detém 40% da riqueza total; enquanto que a metade mais pobre tem 1% da riqueza;

os 10 países mais ricos do mundo tornaram 50 vezes mais ricos que os 10% mais pobres.

Sob o regime capitalista, a tendência é a da concentração de riqueza e aumento da miséria. Não há assistencialismo que possa inverter essa lógica do capital.

A erradicação da fome e o acesso aos bens necessários à vida não serão solucionados sem que haja uma transformação radical na base econômica da sociedade. A raiz da fome, da pobreza extrema, da mortandade de crianças e outros tantos males está na propriedade privada dos meios de produção, que deverá ser destruída pela ação coletiva das massas exploradas.

Mais uma vez o salário mínimo é de fome!

Governo Lula e burocracia sindical condenam milhões à miséria!

No dia 20/12/06, os burocratas da CUT, Força Sindical, CGT, CGTB, NCST e SDS fecharam com o governo o novo valor do salário mínimo. Sob o hipócrita clima natalino, decidiu-se que o mínimo passará de R\$ 350,00 para R\$ 380,00. Isso significa R\$ 30,00 no bolso de mais de 43 milhões, que vivem da venda de sua força de trabalho. Reajuste apresentado como vitória pelos economistas burgueses, já que significa 8,57%, isto é, 5,41% de “aumento real” (considerando uma inflação de 3% até abril).

A negociação, de resultados perversos para os explorados, não parou aí. Os pelegos do sindicato e o governo acordaram também uma correção de 4,5% na tabela do Imposto de Renda, defasada desde 1996. Tudo isso, em nome da denominada “política de valorização do salário mínimo”.

Em que consiste esta política de “valorização” do mínimo?

Num reajuste fixo a ser aplicado até 2011, baseado na inflação do período somado à variação do PIB dos dois anos anteriores e no “adiantamento” da data-base. Veja abaixo o que foi negociado.

ANO	REAJUSTE	VALIDADE	PAGAMENTO
2008	Inflação do período mais variação do PIB de 2006	Março	Abril
2009	Inflação do período mais variação do PIB de 2007	Fevereiro	Março
2010	Inflação do período mais variação do PIB de 2008	Janeiro	Fevereiro
2011	Inflação do período mais variação do PIB de 2009	Janeiro	Fevereiro

Como visto, não há valorização nenhuma do salário, pois não foi estabelecido nenhum outro percentual senão os destes dois indicadores (inflação – INPC – e PIB). Trata-se de um congelamento de seu valor real atual, miserável. Lula disse que vetará qualquer reajuste superior ao acordado. Na prática, submete-se o reajuste dos trabalhadores ao funcionamento do mercado capitalista, sob o disfarce de “partilhar” o “bom andamento”, o “crescimento” da economia. Isso quando o poder de decisão dos que vivem do salário mínimo é mínimo, já que só produzem as riquezas, mas não se apossam delas. O pior é que somente em 2011 será feita uma avaliação do resultado desta política, segundo critérios a serem estabelecidos ainda em 2007. Depois, a revisão será em 2015 e em 2019.

A realidade do salário mínimo e as mentiras dos capitalistas

Ao assinar o acordo com os pelegos sindicais, em 27/12/06, Lula declarou que o aumento de R\$ 30,00 não deve ser menos-prezado, pois “para quem ganha o salário mínimo... Para uma pessoa pobre, R\$ 30,00 pode significar o sustento dos próximos quinze dias”.

Este argumento encontra apoio entre os estudiosos burgueses, como os do Dieese, que se apressaram em lançar um documento de “análise” – extremamente positiva – das negociações feitas.

Observam que, considerando os valores nominais do salário mínimo de R\$ 200,00 para R\$ 380,00, no período de abril de 2002 até abril de 2007, houve um aumento de 90%. Considerando a inflação de 2003 a 2007 (INPC), de 43,83%, o aumento real foi de 32%. Defendem o governo Lula, ressaltando que ele sempre concedeu reajustes acima da inflação, diferentemente de FHC.

De fato, tendo em vista os valores relativos ao aumento real concedido pelos dois governos, o de Lula deu reajustes maiores. No primeiro mandato de FHC, houve 32,4% de reajuste e no segundo, somente 5,34%, totalizando 37,74%. No primeiro mandato de Lula, houve 35,61% que, somado ao reajuste recente, totaliza 41%. Isso, entretanto, não elimina o caráter burguês do governo Lula. Tanto ele como FHC são governos burgueses a serviço do corte de gastos, a pretexto da Lei de Responsabilidade Fiscal, para pagar banqueiros (superávit primário) e da manutenção do capitalismo, sobretudo dos lucros dos patrões (sejam banqueiros, industriais etc.).

O que interessa não é o percentual de aumento real, pois a burguesia têm mesmo a obrigação de reajustar o salário conforme a inflação, mas isso mensalmente e além de um aumento real que permita se chegar a um valor que, de fato, garanta o sustento de uma família. É por isso, que reivindicamos a Escala Móvel de Reajuste. Interessa saber qual o poder de compra que os trabalhadores passam a ter com este “novo” aumento, que mantém a velha miséria e com os vários “aumentos reais”, defendidos de maneira tendenciosa pelo Dieese e outros analistas burgueses.

O Dieese divulgou na imprensa que o atual salário mínimo, de R\$ 350,00, permitia aos trabalhadores adquirirem 1cesta básica, 45 passagens de ônibus (para os 22 dias de trabalho) e outros itens de alimentação (pães, leite, carne etc.). Com o novo salário mínimo, de R\$ 380,00, além “disso tudo”, ele pode também comprar 20 pães e 2 quilos de feijão. No estudo *Campanha de Valorização do Salário Mínimo – Resultados da Negociação para 2007*, foi mais longe: afirmou que o atual salário mínimo possibilitará a compra de 2 cestas básicas (com valores de novembro, de R\$ 192,01), algo não conseguido desde 1971 e lembra que trata-se da “cesta básica calculada pelo Dieese, para indicar o valor do Salário Mínimo Necessário”.

Em seu afã de amparar o acordo espúrio, este instituto mentiu descaradamente. Escondeu que o valor da Cesta Básica Nacional (calculado todo mês, com base nos preços das principais regiões metropolitanas do país) é individual (para uma pessoa), ou seja, o cálculo que utiliza para definir o “mínimo necessário” implica a multiplicação de tal valor por 3, para se chegar ao Custo Familiar de Alimentação (família de 2 adultos e 2 crianças que comem por 1 adulto). Não revela também que o cálculo estabelece (baseado em outras pesquisas) que o Custo Familiar de Alimentação (e não a cesta básica) representa 35,71% do valor do salário, ou seja, o restante (64,29%) deverá cobrir despesas com aluguel, vestuário, higiene, educação etc. e, portanto, terá maior peso no salário.

Na verdade, pelos últimos cálculos divulgados pelo Dieese, o Salário Mínimo Necessário é de R\$ 1.613,08 (valor de novembro, válido para dezembro), isto é, 4,24 vezes maior que o mínimo de R\$ 380,00. O que não autoriza a compra nem de 1 cesta básica para uma família de 4 pessoas (Custo Familiar de Alimentação), mesmo sendo esta composta de pouquíssimos

itens, pois custa R\$ 576,03. Nem o tão propalado reajuste de 16,67%, acertado em 2006, permitia a compra da cesta familiar atual e da que vigorava no período (de R\$ 573,90).

O POR não defende o salário mínimo do Dieese. Conhecendo seus cálculos, discorda da tabela que utiliza para chegar ao custo de cesta básica que, por sua vez, gera o Custo Familiar de Alimentação. Trata-se da Tabela de Provisões Básicas, de 1938 (Governo Vargas), cuja quantidade e variedade de alimentos é ínfima e não garante a sobrevivência do trabalhador e de sua família. O POR defende o Salário Mínimo Vital a ser calculado pelas assembleias de base. Isso porque luta contra a exploração e a miséria que ela gera.

O maldito aumento manterá a miséria de milhões de trabalhadores

A miséria atinge mais de 42,5 milhões de brasileiros (23% da população), segundo a FGV. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, os 10% mais pobres recebem R\$ 78,00 e, na de São Paulo, recebem R\$ 82,00, de acordo com o IETS. O trabalho infantil cresceu, em 2005 (o que não acontecia desde 1992), envolvendo 5,1 milhões de crianças e jovens de 5 a 17 anos, segundo o IBGE.

Como conseqüência da pobreza, cresce o número de trabalhadores endividados, inadimplentes e com o “nome sujo”, já que para sobreviver é preciso consumir, isto é, suprir necessidades materiais. Só em julho de 2006, o contingente de endividados em todo o país cresceu 90% em relação ao mesmo período de 2005 e 41,65% frente a junho, segundo o SPC. De acordo com o Banco Central, os brasileiros devem R\$ 76,278 milhões de cheque especial; R\$ 415,501 milhões de crédito pessoal; R\$ 75,816 milhões de cartão de crédito; R\$ 5,371 milhões de financiamento imobiliário e R\$ 398,188 milhões de aquisição de bens (R\$ 328,433 milhões de veículos e R\$ 60,755 milhões de eletrodomésticos), totalizando R\$ 962,154 milhões. Segundo a Fecomercio, de mil pessoas entrevistadas, 55% tinham algum tipo de dívida e, em 75,7% dos casos, as dívidas consumiam 50% da renda mensal familiar.

Isso leva ao aumento de empréstimos (de 16,32% de julho de 2005 a julho de 2006) que só favorece os banqueiros. Já são cerca de 5,4 milhões de aposentados e pensionistas que têm, em média, 2,6 empréstimos, muitos para ajudar nas contas da casa ou os familiares. Ao mesmo tempo, tais empréstimos causam dívidas, as quais só entre os aposentados cresceu 67% em um ano.

Apesar da miséria, da pobreza e do endividamento, o IBGE aponta que, a remuneração média do trabalhador “cresceu” em 2005, saltando de R\$ 770,00 (em 2004) para R\$ 805,00. Isso na média, que não corresponde à situação real, tanto que o mesmo IBGE afirma que, os 10% dos ocupados com remuneração mais alta ficaram com 44,7% do total de rendimentos. Os 10% com remuneração mais baixa ficaram com somente 1,1%.

Esta concentração de renda se expressa no aumento do número de milionários e bilionários no país. Os primeiros, que hoje são 109 mil, correspondem a 0,06% da população e possuem um patrimônio entre US\$ 1 milhão (R\$ 2,114 milhões ou 5.563 salários mínimos no valor de R\$ 380,00) e US\$ 5 milhões (R\$ 10.570 milhões ou 27.815 salários mínimos). Os segundos, que são 16 pessoas, têm patrimônio maior que US\$ 1 bilhão (R\$ 2,114 bilhões ou 5.563.158 salários mínimos) e fazem do Brasil o país com maior número de bilionários da América Latina, segundo pesquisa da Merrill Lynch e da Forbes. Esses milionários não precisam se preocupar com a compra de “mais 20 pães e 2

quilos de feijão”, pois só com serviços de climatização e manutenção de adegas gastam cerca de R\$ 11 mil, com serviços de alfaiataria aproximadamente R\$ 2 mil e frequentam restaurantes cuja conta não sai por menos de R\$ 200.

É esta situação de desigualdade nas condições de vida, na renda, que os reajustes salariais ínfimos não conseguem alterar. Na base delas está a desigualdade social, onde uma ultraminoria é proprietária dos meios de produção (fábricas, terras, bancos etc.) e, portanto, concentra a riqueza produzida, enquanto a esmagadora maioria vende sua força de trabalho em troca de salário.

No país, 43.725.605 trabalhadores do setor privado têm seu rendimento com base no salário mínimo, sendo: 16.382.055 beneficiários do INSS; 12.970.405 empregados; 9.194.511 autônomos; 4.921.961 trabalhadores domésticos e 256.673 “empregadores”, segundo o Dieese. Nas regiões nordeste e norte prevalecem este rendimento entre os trabalhadores, ou seja, 61% e 41%, respectivamente, ganham até um mínimo.

No setor público, os trabalhadores que ganham até um salário mínimo (muitos ganham menos que isso) são em 4.680 (0,60%) na esfera federal, 93.369 (3,03%) na estadual e 340.629 (8,61%) na municipal, ou seja, um total de 438.678. Na região centro-oeste concentra-se o maior número de servidores com este salário no âmbito federal (2.024), na região sudeste o maior número no estadual (70.594) e na região nordeste o maior número no âmbito municipal (247.761).

Diante destes dados, não é sem razão que o Dieese afirma que o salário mínimo tem peso. Inclusive porque, considerando a análise dos pisos salariais negociados em 2006, estima que, em 2007, 143 pisos (33% do total) de categorias de trabalhadores deverão ser corrigidos para valores equivalentes ao novo salário mínimo, já que estão abaixo de R\$ 380,00, e outros 115 pisos (30%), que estão na faixa de R\$ 380,00 a R\$ 450,00, também sofrerão influência do novo valor. Por isso mesmo é que o mínimo não pode ter um valor miserável, como o negociado entre os pelegos sindicais e o governo vendido de Lula. Não pode também depender dos cálculos do Dieese, totalmente comprometido com esta corja. Exige que o proletariado e demais trabalhadores explorados tomem para si esta tarefa, realizando seus cálculos de maneira independente.

As manobras do governo nas negociações

Em setembro de 2006, o governo Lula já havia definido que o valor do salário mínimo seria de R\$ 375,00, pois era isso que estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Esse valor foi confirmado pelo Ministro do Trabalho, Luiz Marinho (ex-presidente da CUT), no início de novembro, conforme as centrais sindicais anunciavam que reivindicariam um valor de R\$ 420,00.

No final de novembro, entretanto, para aumentar seu poder de barganha nas negociações com as centrais sindicais, o governo abaixou o valor. Passou a defender R\$ 367,00, com a desculpa do baixo crescimento da economia. Na realidade, com um valor menor, qualquer proposta acima que fosse aceita pareceria como concessão e sensibilidade do governo frente “as necessidades dos mais pobres”. Isso foi confirmado pelo próprio Marinho, ao dizer que: “Se o governo aceitasse [um valor acima de R\$ 367,00, como os R\$ 375,00], as centrais não aceitariam mais os R\$ 380,00”. E acrescentou: “Você não pode dar publicidade no que você pode efetivamente fechar. Para contribuir com a negociação,

ele tinha que puxar para baixo”.

Como visto, a experiência da burocracia sindical nas negociações com os patrões, que redundaram em acordos espúrios, a tornou especialista no método de jogar com os interesses dos trabalhadores a favor dos capitalistas e seu Estado. As discussões com as centrais, na realidade, nada tinham para definir, não passavam de uma cortina de fumaça, pois já estava definido que o piso giraria em torno de R\$ 375,00 / R\$ 380,00.

Em 20/12/06, o governo conseguiu o aval das direções das centrais sindicais para o piso rebaixado de R\$ 380,00 e a ínfima correção de 4,5% na tabela do IR. Ou seja, na prática, aumentou somente R\$ 5,00 de sua proposta inicial de piso e só 1,5% na correção da tabela negociada com o PMDB, este sim importante para o PT. Como o acordo foi fechado em 27/12/06, Lula foi claro aos parlamentares: “...Se alguém tentar extrapolar o limite do que foi acordado, não tenham dúvida que eu veto, como votei, antes das eleições, a demagogia daquele aumento que quiseram dar”. Referia-se ao aumento de 16,67% aos aposentados e pensionistas que ganham acima de um mínimo, quando havia acertado 5% com as centrais. E mais: acrescentou que nesta ocasião as próprias centrais sindicais pediram que ele vetasse, o que fez “com muito prazer”. Está aí para que veio o governo Lula e para que serve os burocratas sindicais.

De um lado, com este aumento miserável no salário mínimo, o governo ganhará com a arrecadação extra de impostos sobre o consumo cerca de R\$ 4,1 bilhões – daí a farsa da correção da tabela do IR – e com a repercussão de um incremento de R\$ 16,8 bilhões na economia, segundo o Dieese. De outro lado, poderá ganhar apoio das direções das centrais sindicais para as reformas que eliminarão direitos dos trabalhadores, que Lula chama de “corporativismo”. Tanto que declarou, quando da assinatura do acordo, num pedido claro de colaboração das centrais: “Nós vamos ter que discutir reformas. Uma coisa é discutir com seis técnicos e colocá-los no congresso. Essa não deu certo. Eu sonho em construir reformas junto com vocês. Vamos construir fóruns com deputados, sindicalistas e a sociedade. Encontrar a solução para cada um [dos problemas] e ver o que nós queremos deixar para nossos filhos na área trabalhista, na previdência, e em todas as áreas”.

Como as direções burocratizadas das centrais sindicais não resistem a um fórum tripartite, isto é, a um “diálogo” com patrões e governo, certamente Lula conseguirá seu intento de fazê-las defender mais um pacote de perdas de direitos dos trabalhadores.

Burocracia sindical se opõe às reivindicações vitais das massas

As centrais cederam, sem nenhum alarde, ao rebaixamento da proposta anteriormente anunciada, de R\$ 420,00 (20% de reajuste) e de 7,7% de correção na tabela do IR, além da cobrança da defasagem do governo de FHC, como declarou o arqui-pelego Paulinho, da Força Sindical. Feito o acordo, chegaram ao cúmulo de “reclamar” que a proposta de correção da tabela, de 4,5%, não era a que chegaram nas negociações: de 4,6%, isto é, 0,01% de diferença. Mas, nada disso é surpreendente. No ano passado, esses pelegos fizeram a mesma coisa, defenderam inicialmente R\$ 400,00 e se curvaram diante de R\$ 350,00.

As burocracias temem a mobilização das massas. Fazem de tudo para barganhar com o governo e patronato às costas dos trabalhadores. A CUT, para variar, saiu defendendo a aptidão do governo Lula de ceder nas negociações. “Não foi o que gostaríamos mas valorizamos a mudança na postura de negociação”, disse

Edilson de Paula, presidente da CUT / SP. Como se o valor de R\$ 367,00 não fosse motivo de barganha do governo para chegar a algo próximo de R\$ 380,00. E isso depois que Arthur Henrique (presidente nacional da CUT) defendeu que o piso de R\$ 375,00 era muito pouco. Ou seja, se contentou com R\$ 5,00 a mais (o preço de cerca de 5 cafezinhos).

Os pelegos apreciam ainda a “mudança na data-base”, quando só se adiantará o pagamento da miséria. “E uma reivindicação antiga”, afirmou João Baptista Inocentini, presidente do Sindicato dos Aposentados da Força. Aliás, este mesmo burocrata saiu na defesa do governo, que já definiu que o reajuste dos aposentados e pensionistas que ganham acima de um mínimo será apenas com base na inflação (INPC do período, a partir de 2007). “Hoje temos um índice definido. Antes, usava-se sempre aquele que fosse mais baixo”, disse ele. Não está nem aí para o fato de que o “índice definido” pode ser de apenas 3% este ano, quando a maioria recebe no máximo 2 salários mínimos, ou seja, ganhará somente R\$ 22,80 de aumento, ficando com R\$ 782,80.

O que está por trás de todo este circo montado pelo governo e pelas centrais sindicais, que chamam de “negociações”, é que os burocratas são traidores e estão a serviço da sustentação do governo e do sistema capitalista, que se desagra.

Defender o salário mínimo vital

O fracasso das negociações e da campanha do salário mínimo, que geraram o miserável piso de R\$ 380,00, coloca, mais do nunca, em pauta a defesa do **SALÁRIO MÍNIMO VITAL**. O POR esteve em campanha por este salário em 2006 e continuará em 2007. Mantém a defesa intransigente de que a luta pelo aumento real de salário é a luta pela vida das massas e contra a exploração. Quanto maior o valor do salário, maior a redução da taxa de mais-valia, maior a redução do lucro do patrão. Por isso, rechaça tanto a migalha deste novo salário mínimo como o rebaixado piso do Dieese.

O **SALÁRIO MÍNIMO VITAL** deverá ser calculado pelas massas, este é seu método. Quanto ao valor, embora defendamos que deva ser uma decisão de assembleias de base, não nos eximimos da responsabilidade de apresentar uma proposta. Em nossos cálculos, o salário mínimo vital deverá ser de R\$ 2.500,00.

Cálculo do SALÁRIO MÍNIMO VITAL

Alimentação	R\$ 812,75
Habitação	R\$ 588,00
Transporte	R\$ 340,50
Saúde	R\$ 204,50
Educação	R\$ 224,75
Vestuário	R\$ 196,75
Artigos de residência	R\$ 70,25
Despesas pessoas	R\$ 62,50
TOTAL	R\$ 2.500,00

Finalmente, a defesa do **SALÁRIO MÍNIMO VITAL** não tem um fim em si mesmo. Trata-se de uma medida de transição, de uma reivindicação elementar, que leva os trabalhadores a se chocarem com o capitalismo e, neste processo, também com suas direções sindicais burocráticas. Como destacava Trotsky, no *Programa de Transição*, as reivindicações transitórias também são meios de luta.

Para os trabalhadores: miséria.

Para os parlamentares: fortuna e privilégios.

O aumento que os parlamentares queriam se conceder

Em 14/12/06, as Mesas Diretoras do Senado e da Câmara dos Deputados, junto com “líderes” partidários, definiram conceder um aumento de quase 93% aos parlamentares, que geraria um salário de R\$ 24.500,00. Na tentativa de obter tal reajuste, recorreram a um mecanismo da legislação: equiparar o salário dos congressistas ao dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A cúpula do parlamento já havia decidido que teria de ter algum aumento desde de julho de 2006. Foi quando preparou um ato conjunto da Câmara e do Senado para criar uma comis-

são que “estudaria” um reajuste. Mas seguiu o processo para o segundo turno, não comprometendo as eleições.

Um aumento para R\$ 24.500,00 faz com que valha quase 65 salários mínimos (valor novo). Aliás, esta decisão foi tomada justamente no momento em que se discutia o salário mínimo de fome de R\$ 380,00 para mais de 43 milhões de trabalhadores. É bom lembrar que, além de um salário que já é alto (atualmente R\$ 12.720,00, isto é, cerca de 33 salários mínimos), os parlamentares ainda têm verba “indenizatória” de R\$ 15.000,00, mais 14º e 15º salários, fora a verba de gabinete. Juntando todos os ganhos com o novo aumento, o gasto mensal ficaria em R\$ 64.254.600,00. Veja abaixo.

Gastos Mensais

	Salário Individual	Benefícios (diretos e indiretos)	Qte.	Total Salários	Total Benefícios (diretos e indiretos)
Câmara de Deputados	R\$ 24.500,00	R\$ 77.700,00	513	R\$ 12.568.500,00	R\$ 39.860.100,00
Senado	R\$ 24.500,00	R\$ 121.500,00	81	R\$ 1.984.500,00	R\$ 9.841.500,00

TOTAL GERAL R\$ 64.254.600,00

Como visto, trata-se de uma verdadeira fortuna o gasto mensal do parlamento com um monte de politiqueiros que só têm a função de garantir a manutenção do sistema de exploração (capitalismo) criando e aprovando projetos de lei que só favorecem a burguesia e a eles próprios. Esse valor corresponde a 169.091 salários mínimos e para atender a menos de 600 pessoas, enquanto o mínimo é a única fonte de renda de mais de 43 milhões de trabalhadores.

Politiqueiros dos estados seguem o exemplo de maracutaia

Os deputados estaduais, de praticamente todos os estados, tão logo foi aprovado o aumento pela cúpula em esfera federal, começaram a defender reajuste “automático”. Para tanto, eles também se valeram da lei que só serve para a burguesia e seus representantes no parlamento: a Constituição permite que o salário de deputados estaduais possa chegar até 75% do valor do salário dos deputados federais, o que elevaria o salário de R\$ 9.635,00 para R\$ 18.375,00, além dos benefícios.

De 26 estados (não há informação do Pará), em 19, os parlamentares já estavam certos de aplicar o reajuste (AC, AM, AP, BA, CE, DF, GO, MA, MG, MS, PE, PI, PR, RJ, RS, SC, SP, SE e TO). Destes, no Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Maranhão, Ceará, Piauí, Acre, Sergipe, Amapá e Tocantins nem era preciso projeto de lei ou resolução da mesa, como terão de fazer os demais estados. Em São Paulo, por exemplo, os deputados correram votar um projeto de lei igual ao destes estados, para garantir o reajuste automático. Além do salário e dos 14º e 15º salários, neste estado, um deputado recebe gratificação mensal de R\$ 2.250,00 e verba de gabinete de R\$ 17.412,50, tem também um carro com motorista.

Como se vê, em quase todo o país, os deputados aproveitaram das maracutaias dos federais. Fizeram isso com base na lei, o que mostra a que servem as leis e o parlamento.

Falso recuo: o aumento continua em pauta, só foi adiado

Em 19/12/06, o Supremo Tribunal Federal resolveu atender os recursos contrários ao aumento. Mas não eliminou sua possibilidade. Simplesmente determinou que o reajuste fosse votado em plenário da Câmara e do Senado para não ser mero fruto de uma decisão das mesas. Aliás, a maior parte dos recursos só era contrária aos R\$ 24.500,00, mas não contra outro aumento, que sempre será alto diante da miséria da maior parte da população.

Para não perder a chance de votar rapidamente o aumento, a cúpula do Congresso apressou-se em realizar uma reunião para “rediscutir” o reajuste. Na verdade, era uma reunião para os presidentes da Câmara (Aldo Rebelo) e do Senado (Renan Calheiros) e demais politiqueiros se informarem das propostas



Aldo Rebelo (PCdoB) foi um dos autores do aumento dos salários dos parlamentares para 24 mil e 500 reais

que seriam apresentadas no plenário e fazerem as famosas negociatas. Uma segunda proposta, do “meio termo”, do deputado Walter Pinheiro do PT, entrava em pauta: reajuste com base na inflação dos últimos 4 anos, elevando o salário para R\$ 16.500,00. A alegação é que desde 2003 estão sem reajuste. Essa proposta é tão vergonhosa quanto as demais.

Não houve acordo. O presidente do Senado já começa a jogar o problema para a Câmara. A única proposta existente era a do PT, de R\$ 16.500,00. Isso porque a proposta de R\$ 24.500,00 já era quase insustentável. Começou a surgir também a proposta de se acabar com a verba indenizatória e o 14º e 15º salários. Ou seja, todos os partidos temiam perdas neste processo, até os que se diziam mais críticos ao aumento. O PSOL, PPS, PV, PSB e PTB já coletam assinaturas para retirar as propostas de reajuste na pauta. No dia 20/12/06, quando se votaria o aumento em plenário, o PL, PTB, PPS, PSB, PP e PMDB apresentaram requerimento solicitando o adiamento da votação. A jogada dos partidos mais declaradamente a favor do aumento, realizada com maestria pelo seu representante Aldo Rebelo, foi colocar na frente a proposta de fim da verba indenizatória, que ninguém queria, era só para dar poder de barganha a estes partidos. Estava resolvido: é só aguardar mais uns meses, “esperar a po-

Paraíso do capital estrangeiro

A remessa de lucros e dividendos enviada para o exterior, em 2006, foi de 15,5 bilhões de dólares. A estimativa era de que poderia alcançar US\$ 16 bilhões. Os lucros correspondem aos negócios das multinacionais (US\$ 10,94 bilhões) e os dividendos, aos aplicadores estrangeiros na Bolsa de Valores e a ações negociadas nos Estados Unidos – ADRs – (US\$ 4,53 bilhões). Configura-se assim grande drenagem de riqueza para os capitalistas externos.

Está aí por que as multinacionais e os banqueiros internacionais estão satisfeitos com o Brasil e contentes com o governo do PT.

Crescem os lucros e dividendos, logo crescem as remessas para as matrizes. Esse tem sido o comportamento da economia nos últimos anos.

O estoque de capital estrangeiro aplicado no Brasil chegou a US\$ 401,8 bilhões. Esse valor o coloca apenas atrás da China, segundo a classificação de países “emergentes”, que de fato significa países atrasados, semicoloniais, mas mais desenvolvidos que a esmagadora maioria.

O capital internacional, controlado pelos capitalistas das potências e protegidos por elas, tem nas economias semicoloniais uma fonte essencial para seus negócios. Brasil, Índia, México, China, Rússia, Argentina, África do Sul etc são classificados como “emergentes” pelo seu grau de industrialização, pela renda per capita, pelo produto interno bruto, pelo mercado interno e pelo comércio exterior.

As potências se assentam sobre o conjunto dos países capitalistas atrasados, controlam e extraem riquezas por toda parte, atuam por cima das fronteiras nacionais, condicionando em última instância a economia mundial. As leis de funcionamento do capitalismo estabeleceram a distinção, divisão e interdependência entre nações imperialistas (pequeno número) e nações semicoloniais (maioria).

Entre as semicoloniais, essas leis econômicas levaram a graus distintos de desenvolvimento, uma minoria se destacou da grande maioria, marcada por profundo atraso. As semicolônias

eira baixar” e fazer melhor os acordos para atingir o objetivo de aumento.

Posição do PSOL

Neste processo, o PSOL atuou como um típico partido reformista, defendendo o reajuste conforme a inflação. O PSOL jamais se colocou e jamais se colocará a tarefa de defender que os parlamentares não ganhem mais que um salário igual ao do operariado. Ao contrário, usufrui das benesses do Estado para sustentar sua política de reforço a ilusão parlamentar e à democracia burguesa. Por isso, é um entrave a construção do partido revolucionário e a luta pelo fim da exploração (capitalismo) e a edificação de uma sociedade socialista.

A defesa do salário mínimo vital para os parlamentares

O POR defende o salário mínimo vital para os trabalhadores, como forma de garantir-lhes a sobrevivência. Os parlamentares devem ganhar o mesmo.

Em nossos cálculos, o salário mínimo vital deverá ser de R\$ 2.500,00. Que todo parlamentar sobreviva com o salário mínimo vital. Nenhuma benesse!

mais avançadas, no entanto, estão “anos luz” de distância do punhado de potências.

A maioria das nações serve de fonte de matéria prima e circunscreve sua economia à agricultura, foi-lhes impossibilitada a industrialização. Os chamados emergentes têm a particularidade de contar com uma relevante estrutura industrial e com um significativo mercado interno. Excetuando a Rússia e a China que passaram pela revolução socialista (estão em estado avançado de restauração), os demais “emergentes” tiveram a industrialização condicionada pelas multinacionais e pelo capital financeiro (endividamento).

O domínio interno de suas economias pelos monopólios estrangeiros é uma das características de sua condição semicolonial. Servem não só de fonte de matéria prima para as potências, mas também de manancial para alta lucratividade das multinacionais. O enorme estoque de capital externo e a drenagem de fabuloso montante correspondente aos lucros e dividendos colocam o Brasil em uma posição destacada para os interesses do imperialismo.

O nacionalismo burguês (de Vargas a Jango) tentou controlar e limitar as remessas, com o objetivo de que as multinacionais reaplicassem no País. Fracassou. As portas foram completamente abertas aos monopólios. Hoje, não há mais resquício daquele passado.

Bastaria apenas liberdade do capital enviar livremente seus lucros para se evidenciar o caráter pró-imperialista do governo Lula. A idéia de soberania nacional, de desenvolvimento independente, de superação do atraso, erradicação da miséria das massas não passam de fantasmas dos ideais de setores da burguesia semicolonial.

A classe operária industrial, que se formou no processo de penetração do capital monopolista, tem o programa da independência, da superação do atraso e da erradicação da miséria. Trata-se do programa de expropriação revolucionária da grande propriedade capitalista e de sua transformação em propriedade social.

Defender o Fundeb é dar continuidade à reforma privatista do FMI/Banco Mundial

A educação pública, há mais de uma década, sofre as conseqüências das imposições de medidas da reforma educacional do Banco Mundial. Os governos (federal, estadual e municipal) as seguem na íntegra sem ampliar os recursos. Só para se ter uma idéia, o Brasil investe uma ínfima quantia de 4,3% do PIB, enquanto que o percentual para pagar do superávit fiscal ultrapassa 4,5%.

Uma medida, que atingiu parte dos professores, foi a criação do Fundef. Este reforçou a municipalização, retirando a responsabilidade dos es-

tados para com o ensino fundamental, que teve como conseqüências as salas superlotadas, salários arrochados, escolas sucateadas e o aumento da superexploração do trabalho. A verba do Fundef era pouca e os prefeitos usaram de todas as formas para falsificar as planilhas de gastos educacionais. O resultado foi o crescimento da decomposição da educação em todos os aspectos.

A substituição do Fundef pelo Fundeb não altera a essência da reforma e da política de fundos. Não há aumento significativo de recursos à educação, não elimina

os subsídios estatais às escolas privadas, reforça a municipalização e não toca na privatização crescente da educação.

Na realidade, os governos, do PSDB ao PT, implantam as reformas privatistas, que só fazem legitimar as desigualdades, excluindo a maioria oprimida ao acesso à educação pública em todos os níveis.

Portanto os trabalhadores em educação, pais, alunos e demais explorados devem combater, com seus próprios métodos, as medidas educacionais que nada têm a ver com as necessidades das massas trabalhadoras.

Campanha da Corrente Proletária da Educação/POR

Estamos divulgando o folheto sobre o real conteúdo do FUNDEB, aprovado recentemente pelo governo Lula. Os principais pontos do folheto:

I - A escola e as reformas neoliberais: a crise da educação reflete a crise estrutural do capitalismo.....

II - A implantação do Fundeb não resolve a crise da educação.

III - A posição do reformismo diante da crise da educação.....

IV - A posição revolucionária diante da crise da educação....

Adquira o folheto e participe das atividades da corrente proletária.

Fortaleza-CE

Manifesto dos professores com contratos temporários da rede estadual

Os profissionais da Educação vêm sendo submetidos, historicamente, durante toda a era PSDB, a condições bastante adversas de trabalho e desvalorização sócio-econômica. É importante lembrar das lutas implementadas neste ano quando se fez necessária a realização de uma grande GREVE articulada pela categoria por não mais suportar os desmandos do Governo Lúcio Alcântara.

Acrescenta-se a isto a situação de ingerência e desrespeito durante todo

esse governo em relação à contratação dos professores em caráter temporário. Em relação a essa situação, todos os contratos temporários encerraram no dia 30 de dezembro de 2006, sem nenhuma perspectiva de prorrogação destes contratos. **POR ISSO É QUE SUGERIMOS A TODOS OS PROFESSORES QUE FINALIZEM AS SUAS ATIVIDADES DE ACORDO COM A DATA FIM DOS SEUS CONTRATOS.**

Desta forma, no sentido de pressio-

nar o novo governo que assumirá no dia 2 de janeiro de 2007 a prorrogar os contratos até a finalização do ano letivo de 2006, é que através deste manifesto a todos os professores de contratação temporária, de todas as Escolas da Rede Estadual, que só retornem as suas salas após o pronunciamento oficial do governo sobre a prorrogação de seus contratos.

Manifesto escrito pelos professores do CAIC do Bom Jardim/Fortaleza.

A Situação Revolucionária da Bolívia sob o governo de Evo Morales

Adquira esta publicação do POR com a tradução de diversos artigos do jornal Massas boliviano, que trazem uma caracterização do governo Evo Morales, a questão da semi-nacionalização dos hidrocarbonetos, a disputa nas minas entre a estatização e o cooperativismo, a questão agrária, a disputa interburguesa na Constituinte e a estratégia revolucionária do POR.

Peça ao distribuidor deste jornal ou escreva-nos.

Fortaleza-CE:

Boletim da Corrente Proletária na Educação/POR

PT, PC do B, PSDB, PMDB unidos contra os trabalhadores no governo CID

Neste início de janeiro, Cid Gomes (PSB) assumiu oficialmente o governo do Estado. A coligação que o elegeu e ia do PT, passando pelo PCdoB até o PMDB e PP começa a ocupar as secretarias de governo. O novo governo será anti-popular e de ataque aos trabalhadores. Prova disso foi o contingenciamento salarial decretado logo no 1º dia de governo. Nada muda na condução da política do Cambéba. Cid Gomes será continuista e manterá a política de corte de gastos e arrocho salarial. Não foi à toa que os trabalhadores conscientes chamavam a candidatura Cid de Cambéba 2.

Ainda durante as eleições O PSDB que governou o Estado por quase 2 décadas se sentiu confortável, mesmo com a não reeleição do governador Lúcio Alcântara. Isso porque o grupo cirista que hoje comanda o PSB é na verdade uma dissidência do PSDB estadual que, por conveniência e disputa eleitoral, se acomodou numa outra sigla. Tanto que o cacique Tasso Jereissati não fez campanha para Lúcio e apoiou nos bastidores Cid.

O PT, que foi um dos articuladores da ampla coligação; declarava que não havia problema nas alianças com outros partidos burgueses, desde que a candidatura se colocasse contra o projeto político do PSDB que, em nível nacional, atacava o governo Lula.

Agora, no início de governo, quando Cid foi obrigado a nomear o seu secretário e indicou de 3 nomes do PSDB para as secretarias da Justiça (Marcos Cals, atual presidente da Assembléia Legislativa); Infra-Estrutura (Adhail Fontenele, atual diretor geral da Assembléia e potencial candidato à prefeitura de Viçosa pelo PSDB) e Turismo (Bismark Maia, ex-secretário geral do PSDB nacional, homem de confiança de Tasso), a máscara do PT e do suposto novo gover-

no de oposição caiu. Luizianne Lins, questionada pela imprensa sobre a posição do PT diante do novo governo com participação do PSDB, responde a princípio que "Eles (tucanos) são nossos inimigos históricos aqui no Ceará e do nosso projeto de esquerda (entrevista no *Diário do Nordeste*, 31/12/06). Mas, em seguida, referendou os nomes do PSDB exigindo apenas que estes se licenciam do partido para assumir o governo. 'Marcos Cals é um deputado que talvez tenha sido um dos maiores presidentes que a Assembléia teve. Foi eleito por unanimidade, porque teve a capacidade de ter um senso democrático e dar espaço a todos os setores dentro da assembléia. Apoiou trabalhos sobre a violência contra a mulher que eu fiz.' (entrevista no *Jornal DN*, 31/12/06) E, sobre o braço direito de Tasso, Bismark Maia, chamado para pasta do Turismo disse: "Sob o ponto de vista pessoal, também é um cidadão tratável" e que ele, como parlamentar, "teve um papel importante em ajudar Fortaleza com verbas federais. (...) O Bismarck foi coerente ao se licenciar do partido para não caracterizar uma aliança de Cid com o PSDB."

Governo de CID, PT e PSDB suspende salários do funcionalismo

No primeiro dia de governo, o Secretário da Fazenda de Cid, Mauro Filho afirmava que não havia dinheiro em caixa para pagar a folha de dezembro do funcionalismo público estadual. Eram apenas 22 milhões, que sobraram do governo anterior. Logo em seguida, desmascarado pelo anterior secretário da fazenda de Lúcio Alcântara, José Maria Mendes de que havia sido deixado em caixa mais de R\$ 471 milhões, R\$ 228 milhões só na Conta Única do Tesouro que serve para pagar os servidores (dinheiro da venda do BEC, operação Swap – di-

nheiro do BIRD, 11 milhões do Fundeb, Fundo de combate à pobreza Fecop etc). Mauro filho disse que este dinheiro não podia ser usado para pagar os servidores, que não eram recursos destinados a esse fim, que seria irresponsabilidade administrativa fazer o pagamento com estes recursos. A verdade é que o novo Governo, Cid-PT-PSDB, fez a opção por melhorar as contas públicas a ter de pagar milhares de trabalhadores, pais e mães de família que trabalharam o mês de dezembro, que já recebem um salário de fome e agora não podem pagar suas contas (e terão de arcar com juros, multas etc) porque o governo deixou dinheiro em caixa para honrar outros compromissos com os grandes empresários que são credores do Estado.

Os deputados petistas (Artur Bruno, Nelson Martins e outros que gostavam de aparecer na imprensa como defensores dos professores) se escondem para não ter que se desgastarem mais ainda fazendo a defesa do novo governo. As entidades sindicais (Apeoc, CUT etc) que chamaram voto em Cid, também têm responsabilidade política pelos ataques do governo aos servidores públicos. Por aí se vê o papel nefasto do PT, que se aliou ao PSDB para atacar os trabalhadores estaduais. É preciso que os servidores superem suas ilusões com Cid e o PT e respondam com ação direta como já vê ocorrendo (ato na SEFAZ) e expulsem dos seus sindicatos a burocracia petista que colabora com o governo. É necessário também a construção de uma direção revolucionária no movimento (partido revolucionário) para definitivamente se contrapor aos governos PT/Lula, Luizianne e Cid Gomes e arrancar destes governos burgueses e pró-imperialistas melhores condições de vida para os trabalhadores.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Metalúrgicos-ABC: Direção do sindicato não fala a verdade sobre a realidade que vive os trabalhadores na Volks

Depois de defender e aprovar um acordo que permitiu à Volks demitir 3600 trabalhadores até 2008, implantar uma nova tabela salarial de R\$ 1.030,00 para novos contratados, flexibilizar jornada, salários e direitos, a direção do sindicato colocou na Tribuna Metalúrgica do dia 22 de novembro uma matéria que dizia: “Trabalhadores da Volks, união e luta na defesa do emprego”.

Dizemos que a direção do sindicato não fala a verdade porque todos os companheiros da Volks que acompanharam desde o início, quando a Volks anunciou seu plano de reestruturação, sabem que a direção do sindicato quando diz que houve união e luta em defesa do emprego. Na realidade aconteceu o contrário. Apesar da disposição de luta dos trabalhadores e dos companheiros da Oposição reivindicarem que a direção do sindicato organizasse uma luta unificada com os trabalhadores das cinco plantas da Volks contra as demissões, a burocracia fez o oposto: desde o início dividiu os trabalhadores negociando separadamente, primeiro em Taubaté e depois na unidade Anchieta, permitindo assim que a Volks implantasse seu plano de demissão e retirada de direitos.

A direção do Sindicato Engana

Mais uma prova de que não houve união é que a direção do sindicato isolou a luta dos trabalhadores da Volks quando não convocou uma assembléia geral de todos os metalúrgicos do ABC para lutar contra as demissões que afetariam não só a Volks, mas todas as empresas fornecedoras (autopeças da região).

Em alguns trechos da matéria, a direção do sindicato parece acreditar que os trabalhadores são loucos, ou até mesmo que a matéria não é sobre a planta da Volks Anchieta, pois a realidade que vivem os trabalhadores, depois que o acordo foi aprovado, é bem diferente do que diz a direção do sindicato. No início da matéria, por exemplo, a direção do sindicato diz: “os acordos que vêm sendo feitos não permitiram à Volks demitir em massa e retirar direitos”. Como podem falar isso se o acordo defendido e aprovado pela direção do sindicato permitiu à empresa demitir 3600 trabalhadores e retirar vários direitos? Será que 3600 demissões para eles não é demissão em massa?

Ao contrário do que diz a direção do sindicato, os acordos que vem sendo feitos nos últimos anos não têm garantido nenhuma conquista aos trabalhadores. Pelo contrário, os acordos têm beneficiado apenas a empresa. No acordo de 1998, os salários foram reduzidos em 15% e milhares de postos terceirizados. Em 2001, foram 700 demissões, redução de salários, terceirizações etc. Em

2003, mais 1923 demissões através do CFE e várias alas e setores terceirizados.

Não é de agora que a direção do sindicato não fala a verdade. Sempre que a empresa apresenta uma proposta de reestruturação, a direção do sindicato começa dizendo que a proposta é inaceitável e dias depois defende a proposta da empresa. Nesse último acordo não foi diferente. Só aumentou o número de mentiras que a direção do sindicato contou para convencer os trabalhadores a aprovarem a proposta da empresa.

Demissões Indicadas

Uma mentira contada pela direção do sindicato é a de que as demissões são voluntárias. Na verdade, as demissões não são voluntárias e sim indicadas. A partir do momento que os trabalhadores receberam as cartas de demissões a empresa já os indicou. E mais, o acordo defendido e aprovado pela direção traidora diz ainda que se o número de demissões pretendido pela empresa não for atingido ela indicará o número de trabalhadores restante. Como então a direção diz que as demissões são voluntárias se ela mesma ajudou a empresa a colocar a faca no pescoço dos trabalhadores?

A matéria deixa claro apenas que a direção do sindicato não está preocupada nem um pouco com a manutenção dos postos de trabalho e sim com a permanência da planta da Volks no ABC. As declarações do Rafael, que é secretário do sindicato, comprovam o que estamos dizendo. Vejam o que ele diz: “Essa foi mais uma etapa da luta do nosso sindicato pela manutenção da planta Anchieta no ABC”. Mais na frente ele diz: “A Volks continua como grande empregadora na região, com produtos modernos que garantem o futuro a unidade”. Rafael conclui a matéria dizendo: “É uma resistência vitoriosa, pois evitamos o fechamento da empresa e garantimos o futuro a fábrica”. Como vimos, o dirigente pelego exalta apenas o fato da fábrica permanecer no ABC, em nenhum momento o pelego fala do ataque que a multinacional fez aos direitos dos trabalhadores, dos 3600 trabalhadores que serão demitidos, do ritmo acelerado, da superexploração, das péssimas condições de trabalho a que estão submetidos os companheiros na fábrica.

Construir uma Direção Classista

É preciso construir uma direção classista e revolucionária para resgatar o sindicato como um instrumento de luta.

Podemos afirmar que a falta de uma direção de luta, classista e revolucionária é um dos maiores problemas que existem hoje para os trabalhadores enfrentarem os patrões. Um dos fatores que impediu os trabalhadores de lutar contra o plano de reestruturação da

Volks foi a falta de uma direção classista. Dizemos isso porque, quando a Volks mandou as cartas de demissões, mesmo os trabalhadores não acreditando na direção do sindicato, na assembléia, a greve contra as demissões foi aprovada por unanimidade. É bom lembrar que os trabalhadores têm razão em não acreditar na direção, pois, nos últimos anos, a direção começa dizendo que vai lutar e, logo depois, trai negociando um acordo que permite a empresa demitir e retirar direitos. Como podemos ver, os trabalhadores têm disposição de luta, a direção atual do sindicato é que é pelega, fraca e não defende mais as reivindicações e o método de luta dos trabalhadores.

Os trabalhadores têm que dar um basta na política pelega da direção do sindicato e, juntamente com os companheiros da Oposição construir uma Direção Classista Revolucionária na Volks e em todas as fábricas do ABC. Só com uma direção revolucionária o sindicato retornará para as mãos dos trabalhadores. A Oposição Revolucionária deve se colocar contra todos os acordos de demissão redução de salários, terceirização, banco de horas etc.

A Oposição deve defender:

A) redução da jornada sem redução de salários (através da escala móvel das horas de trabalho - divisão de todas as horas produzidas entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho) como única forma de garantir emprego a todos.

B) Expropriação e estatização sem indenização de todas as multinacionais, grandes empresas privadas, bancos e sistema financeiro - sob o controle dos trabalhadores.

C) Salário mínimo vital que atenda as necessidades de uma família trabalhadora e que seja calculado pelas assembléias de trabalhadores.

D) Fim do latifúndio e distribuição de todas as terras aos camponeses pobres sem indenização aos latifundiários.

E) Escola pública, gratuita, laica e científica em todos os níveis, emprego e estudo a todos os jovens, unidade do movimento operário, camponês e estudantil.

F) Lutar pelo socialismo, transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

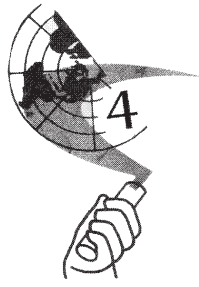
G) Defesa da constituição de um governo operário e camponês por meio da ação direta (ditadura do proletariado).

Defender essas reivindicações significa defender a vida das massas exploradas e ao mesmo tempo colocá-las em luta contra a burguesia e seu estado opressor que para continuar existindo condena milhões de seres humanos à miséria, à fome e à morte.

Nesta edição:

- Execução de Saddam Hussein
- Eleição na Venezuela reforça as ilusões na democracia burguesa
- Argentina: Situação Política Nacional

Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Execução de Saddam Hussein

Em 30 de dezembro, os Estados Unidos cometeram mais um ato de prepotência e barbárie – enforcaram o ex-presidente do Iraque, derrubado pela invasão militar em 2003, procurado pelas forças de ocupação, capturado em dezembro de 2003 e condenado à morte em novembro de 2006, por um júri pretensamente iraquiano. O fato é que os EUA montaram a farsa do julgamento e procuraram passar ao mundo que, finalmente, o Iraque se veria livre do mais terrível ditador de sua história.

Ao capturar Saddam, o exército ocupante procurou mostrar magnanimidade e legalidade não o fuzilando na toca em que se escondia. Nada melhor do que apresentar o ex-ditador humilhado e colocar sua vida nas mãos da nobre “justiça” “iraquiana”.

Três anos Saddam esteve preso. Tempo suficiente para os EUA/Inglaterra constituírem um molde de democracia, promoverem uma eleição, organizarem um governo títere e adestrarem um novo aparato de repressão. Enfim, tempo para os ocupantes reconstruírem o Estado, que foi totalmente desmoronado pela invasão militar ao País. Usaram a divisão entre xiita e sunitas, deram força aos curdos e exploraram os interesses tribais.

No entanto, nos três anos decorridos, a resistência das forças antiocupação cresceram e demonstraram que não bastava a morte de 50 mil civis para demovê-la do combate e derrotá-la. Armou-se uma situação de guerra civil entre xiitas e sunitas. As milícias e esquadrões da morte tomaram conta do cenário. As forças militares treinadas pelos EUA sucumbiram frente ao objetivo de ser um

instrumento de guerra disciplinado pelo Estado e controlado pelo governo. Não se distinguem dos esquadrões da morte.

Os ocupantes não puderam fazer valer a democracia implantada de fora para dentro, não conseguiram cooptar integralmente os senhores tribais, que constituem a feudal-burguesia, completamente estilhaçada, e não puderam alcançar uma unidade governamental capaz de liquidar com a revolta antiocupação.

Os EUA estão em um grande dilema: ampliar a ocupação e a guerra; ou preparar a retirada, reconhecendo o fracasso. Pela vontade de Bush, aumentar-se-á o contingente militar e se desfechará uma nova ofensiva sangrenta. Parte dos democratas, inclusive dos republicanos, e dos militares admitem que a derrota está próxima. Receiam uma aventura mais desastrosa. Manter a ocupação significa apenas aumentar o rio de sangue, apesar de que a cota de 3 mil soldados ianques ainda é baixa, se consideradas a 50 mil perda no Vietnam. Além disso, cresce o ódio mundial contra a política militarista norte-americana. Aumentam as frentes de choque de povos oprimidos contra a opressão imperialista.

É no contexto de recrudescimento da guerra interna no Iraque e de agravamento mundial que Bush ordenou aos juízes do Tribunal que pusessem fim à ladainha do julgamento e matassem o prisioneiro. Os EUA não poderiam tomar qualquer medida de recuo e reconhecer a derrota sem liquidar o principal homem que ousou desafiar o império, com a ocupação do Kuait, em 1990, e a guerra desfechada por uma coligação mundial das potências, em 1991. Por ou-



tro lado, o regime da oligarquia xiita não tinha como conviver com a marcante presença de Saddam, líder dos sunitas.

O motivo alegado pelo Tribunal não passa de um disfarce para as verdadeiras razões. Saddam ordenou a execução de 148 pessoas, em 1982, que atentaram contra sua vida, sufocou com sangue uma conspiração. Foi esta a causa verdadeira da execução? Claro que não! Saddam foi liquidado por ter dirigido a guerra contra os EUA. Ditadores como Pinochet, Videla, Médici etc., também sanguinários, foram patrocinados, apoiados pelos EUA e, finalmente, anistiados.

O imperialismo usa indistintamente tanto as ditaduras como as democracias, desde que atendam seus interesses e garantam a continuidade da ordem capitalista. As democracias fantoches são preferidas, mas não há nenhum problema em suprimi-las caso seja necessário para preservar o poder dos monopólios. Neste caso, as ditaduras pró-imperialistas são um mal necessário. Mas uma ditadura nacionalista, como a praticada na última década por Saddam, não é aceitável, embora mantenha o capitalismo e seja feroz inimigo da revolução socialista.

Lembremos que o Iraque esteve sob o domínio da Inglaterra desde 1914 até a revolução nacionalista de 1958, que abriu as

portas para a futura ascensão de Saddam. Os prepostos dos ingleses governaram sobre levantes e massacres dos insurretos, em particular sob a administração de Nuri-es-Said. A luta intestina ao Estado permaneceu, tentativa de golpes levou à matança. Saddam tomou o poder por esse método; e instalou a ditadura com apoio de quem? Dos Estados Unidos!

Um ano depois, em 1980, desfecha guerra contra o Irã, que durou oito anos. Quem esteve por trás de Saddam? Quem forneceu componentes de arma química a Saddam? Os Estados Unidos, Israel! O que pretendiam as potências com a guerra? Esmagar o movimento nacionalista iraniano, que protagonizava a chamada Revolução Islâmica.

Milhares morreram em ambos os lados. Mas o Tribunal evitou julgar Saddam por crime de guerra (utilização de armas químicas etc). E por quê? Porque exporia os Estados Unidos, Israel, Rússia

etc, que incentivaram a guerra. A farsa foi orientada a se circunscrever a um episódio sangrento interno.

A hipocrisia que cercou o julgamento e, agora, a execução é assombrosa. Parte significativa dos governos do mundo todo lamentou o enforcamento. Consideraram que Saddam merecia uma punição pelos seus feitos ditatoriais, mas que não fosse a pena de morte. O mesmo fez o Papa. Mas ninguém mexeu seriamente um dedo para barrar a execução.

Tal atitude corresponde à posição de colaboração com os EUA. No íntimo, todos riram por dentro, provavelmente anteciparam o champanhe do reveillon.

O governo Lula considerou o enforcamento um ato de vingança, mas não condenou o principal algoz, o governo norte-americano.

A submissão dos governos árabes se manifestou vergonhosamente, ao se calarem diante do infame Tribunal.

O governo iraniano apoiou abertamente a pena de morte, expondo a estreiteza de seu nacionalismo islâmico, o vil espírito de vingança e a desonrosa capitulação diante dos EUA, que ameaçam o Irã com as mesmas armas com que invadiu o Iraque e enforcou Saddam.

Somente a fração mais consciente da classe operária mundial e as massas oprimidas do Oriente Médio condenaram de fato o assassinato de Saddam Hussein.

Partimos do princípio da autodeterminação das nações e da luta pela expulsão do imperialismo do Iraque.

O enforcamento de Saddam Hussein é sinal do avanço da barbárie capitalista. Só a luta das massas e povos oprimidos poderá barrá-la. Só a revolução proletária, socialista, mundial, poderá eliminá-la.

Abaixo o Tribunal inquisitorial!

Fora o imperialismo do Iraque!

Viva a luta das massas oprimidas!

Eleição na Venezuela reforça as ilusões na democracia burguesa

No dia 03 de dezembro de 2006, os venezuelanos foram às urnas para eleger, por mais 6 anos (2007-2013), seu novo presidente. De um lado, o candidato Manuel Rosales, fazendeiro, governador licenciado do rico Estado petrolífero de Zulia e líder da oposição (de direita) e, de outro, o nacionalista, coronel Hugo Chaves, atual presidente da República.

Hugo Chaves obteve uma vitória expressiva sobre seu adversário. Com uma taxa de comparecimento superior a 70% do eleitorado (o voto não é obrigatório), obteve 62,89% (mais de 6 milhões de votos), contra 37% de Rosales (4 milhões de votos).

Isso demonstra que a maioria dos trabalhadores venezuelanos ainda está iludida com as instituições burguesas e com as propostas nacionalistas do caudilho Hugo Chaves. Acreditam que a melhoria de suas condições de vida passa pelo apoio à "Revolução Bolivariana", que ele prometeu, e a coalizão que o apoiou, o chamado Movimento 5ª República (frente de 23 partidos políticos da esquerda nacionalista).

Não percebem que as disputas existentes entre o governo de Chavez e a oposição expressam apenas a luta entre as frações da burguesia pelo aparato estatal,

sem colocar em risco a propriedade privada e o capital. Os trabalhadores venezuelanos terão de esgotar as ilusões no governo do caudilho Hugo Chavez, para então avançarem na organização de um partido independente, revolucionário, que expresse seus interesses de classe.

Trajatória política de um populista

Hugo Chavez surge no panorama político da Venezuela após liderar uma tentativa fracassada de golpe militar contra o presidente Carlos Andrés Perez em 1992. Em 1998, rendeu-se ao jogo da política eleitoral burguesa e se elegeu Presidente da República com 56% dos votos, prometendo aos trabalhadores promover a chamada "Revolução Bolivariana". Seu discurso populista e nacionalista atendia aos anseios dos explorados: prometia acabar com a pobreza, varrer a corrupção e afastar do poder a velha oligarquia econômica e política da Venezuela. No entanto, o impacto das medidas adotadas foi insuficiente para melhorar as condições de vida dos proletários. Na Venezuela, em 2002, 70% da população estavam abaixo da li-



nha de pobreza e 20% desempregados.

Precisou, para se manter no poder, utilizar-se dos mesmos mecanismos utilizados pela velha oligarquia. Convocou, em 1999, um plebiscito para aprovação da Assembléia Constituinte para introduzir mudanças institucionais, como: a extinção do Senado e a ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos, com direito a reeleição. O primeiro beneficiário das mudanças foi o próprio Chavez, que venceu as eleições de 2000, estendendo seu mandato até 2006.

Oposição de direita venezuelana

A oposição a Chavez é constituída por expressivas entidades, que representam frações burguesas e de parcelas dos trabalhadores atrasados. A Fedecámaras, principal associação empresarial; a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), a mais importante central sindical; e a Coordenação Democrática, que reúne os partidos políticos e movimentos civis. Dois outros setores, a

grande imprensa e a Igreja Católica, também se destacam pela firme campanha antichavista.

Articulou várias greves e protestos contra o governo. O ápice seu deu quando da tentativa de golpe, com o apoio dos Estados Unidos, em abril de 2002, que tirou Hugo Chavez por dois dias da presidência. Acabou tendo de recuar, pois esta atitude ameaçou causar instabilidade econômica e política na Venezuela, colocando em risco os investimentos estrangeiros.

Novo governo, velha receita: A farsa do “Socialismo” por decreto

O “novo” presidente da Venezuela, Hugo Chavez, governará o país por mais seis anos, com possibilidade de estender ainda seu mandato, fazendo outra alteração na Constituição.

Suas promessas para os trabalhadores venezuelanos seguem as velhas receitas dos governos nacional-populistas tão características da América Latina. Chavez diz que os venezuelanos podem esperar uma “expansão da revolução”, para distribuir a riqueza do petróleo para os mais pobres. Como possui maioria no Congresso (a oposição se negou a participar

das eleições anteriores) e no Judiciário, pretende inicialmente mudar, novamente, o nome do país para República Bolivariana Socialista da Venezuela; promete a criação do “Plano Nacional Simon Bolívar”, com vistas a substituir a economia de mercado por uma de modelo socialista. Por último, pretende criar um partido socialista único, o Partido Socialista Unido da Venezuela, a partir da fusão dos 23 partidos que compõem a coalizão de seu governo.

Como podemos analisar, Hugo Chavez mantém os antigos vícios dos populistas latino-americanos: promessas vazias como forma de conter a luta de classes e protelar a solução dos problemas oriundos da exploração da burguesia e do imperialismo. Até porque não possui um programa revolucionário e é oriundo do um setor da pequena-burguesia, a oficialidade do Exército.

Mas, principalmente, porque não possui o controle efetivo das massas, apesar destas caminharem para a esquerda e abandonarem os partidos oligárquicos, tendência apontada em grande parte da América Latina. Ao invés de organizar a massa de explorados para lutarem contra a burguesia opressora, procura ludibriá-la com a farsa da criação do “socialismo” por decreto. O

governo de Chavez não expressa os interesses da classe proletária, pois não irá se confrontar com a burguesia nacional e imperialista e não cumprirá nenhuma tarefa democrática que promete.

Por isso, o POR caracteriza o governo de Chavez, assim como o de Lula, Tabaré (Uruguai), Bachelet (Chile), Garcia (Peru), Ortega (Nicarágua), Correa (Equador), como burgueses e pró-imperialistas. É errado considerá-los governos progressistas, que auxiliam a luta pelo socialismo e pelo fim do capitalismo. No caso de Chavez, obrigou-se assumir posições populistas e antiamericanas diante de uma oposição interna golpista. No entanto, continua garantindo a propriedade privada e a proteção do capital financeiro. Seu discurso antiimperialista é pura retórica política, pois a Venezuela depende diretamente das exportações de petróleo para os Estados Unidos, seu principal inimigo político, porém seu imprescindível parceiro comercial.

O socialismo somente é possível através da revolução proletária, organizada por um partido revolucionário que aglutine em torno de si todos os explorados e oprimidos da sociedade venezuelana, e dirigida pelo proletariado. Somente assim, os problemas acarretados pelo capitalismo e seus lacaios serão eliminados.

Argentina: Situação Política

1.O processo político atual está determinado, em grandes traços, pela enorme crise política que atravessou o regime político há 5 anos. Pela magnitude da crise econômica, sem precedentes, e pela intervenção aberta das massas. Isto determinou que a burguesia utilizasse todos os recursos para recompor o Estado, sua dominação, e dissolver, desviar e dividir o movimento popular.

2.Kirchner apelou para um discurso anti FMI, anti neoliberal, mudou as cúpulas militares e da Corte Suprema de Justiça, e adotou um discurso em favor dos direitos humanos, de reconstruir a burguesia nacional, redistribuir o orçamento etc, de crítica ao partidarismo burguês e aos politikeiros odiados pelas massas. Isso lhe permitiu ganhar uma grande popularidade e se sustentar no governo e reconstruir as instituições.

3.O governo Kirchner não é naciona-

lista, não é antiimperialista. Mantém-se no país as graves condições de vida, com índices de pobreza que abarcam a grande maioria da população, salários médios que não cobrem nem a metade da cesta familiar, com milhões de trabalhadores desempregados e condições de superexploração dos trabalhadores empregados. A inflação devora os salários dos trabalhadores, muito mais do que demonstram as estatísticas oficiais. A educação e saúde públicas estão igual ou pior do que há 5 anos. Enquanto as empresas batem recordes de produtividade e lucros. Os interesses das multinacionais não foram afetados. Esse governo tem pago, como nenhum outro, a fraudulenta dívida externa: 26 bilhões de dólares, em três anos! Entre eles, o pagamento em dinheiro, adiantado, e se quitam os 10 bilhões ao FMI, principal responsável pelas políticas econômicas aplicadas no

país nas últimas décadas.

4.A realidade das amplas massas contrasta com o crescimento da economia a uma média de 8% ao ano. Produto de políticas protecionistas que favorecem os monopólios locais, as exportações de origem primária. Crescem as reservas de dólares no Banco Central, se reduz a dívida externa e se absorveu parte dos desempregados.

5.A reativação econômica, em parte pelo protecionismo, em parte pelo profundo poço em que caiu, acelerou o processo de estrangeirização. As principais empresas em cada ramo, as mais rentáveis, estão sendo tomadas por empresas do exterior, sem que haja resistência da burguesia e seu governo. Estão se apoderando das minas, bosques, terras, rios e lagos sem nenhum tipo de restrição. As principais empresas exportadoras são de origem multinacional.

6. A deteriorização dos termos de intercâmbio se mantém. Por cada tonelada de produto que se exporta se recebe um terço do que se paga por tonelada que se importa. A burguesia não é capaz de aproveitar sequer as vantagens que tem para ocupar um lugar melhor no mercado mundial. Seu rquitismo e dependência das multinacionais a impede de desenvolver a economia estruturalmente. Apesar do dólar estar sobrevalorizado na Argentina e subvalorizado no Brasil, não impediu de reverter o balanço negativo da balança comercial, que continua crescendo.

7. Argentina é um país atrasado, colônia do imperialismo. Mantém-se atada aos acordos com os organismos do capital financeiro internacional. Tem atuado como instrumento do imperialismo enviando tropas ao Haiti e colaborando para manter a Venezuela e Bolívia dentro das condições exigidas pelo imperialismo yanque. Como foi dito antes, não há limites para o avanço das multinacionais, nenhum capital foi tocado, nem mesmo o das empresas privatizadas, produtos de negócios escandalosos. A dominação imperialista se exerce principalmente através da presença de multinacionais controlando os setores vitais da economia. Uma política conseqüentemente antiimperialista deve colocar sua expropriação. Os chamados aos investidores estrangeiros tendem a aprofundar esta relação.

8. Na Argentina não pode ter democracia parlamentar. O regime político está atado à estrutura econômica do país. Não há república burguesa, tal como se imagina na Constituição Nacional, e não poderá haver. Perduram nas massas ilusões democrático-burguesas que devem ser superadas, sobretudo quanto a que seus reivindicações possam ser resolvidas dentro do capitalismo, em termos legais. Não existe nenhuma ilusão em realizar um assembleia constituinte, já que o país atravessou sua experiência constituinte, com ajustes em várias oportunidades. As ilusões devem ser combatidas, não recriadas, como faz a esquerda democratizante. No ano de 2007, haverá eleições presidenciais. Há que intervir na campanha propagandeando o programa revolucionário da classe operária. Rechaçamos todo frentismo eleitoralista

que promove a esquerda, no terreno alheio à estratégia proletária. A possibilidade de construir uma frente está ligada a acordos verdadeiramente de princípios.

9. Correntes nacionalistas, populistas, as organizações de direitos humanos e a burocracia sindical contribuem com a sustentação desse governo e impedem que refloram as condições de 2001. Eles se mostram em público apoiando o governo, recebem suas recompensas e são funcionários do governo. São um obstáculo que devemos combater sem piedade para que as massas rompam com o engano de que estão diante de um governo popular e nacionalista. Todos esses setores são radicalmente antitrotskistas e às vezes são usados como força de choque contra as mobilizações e ações radicalizadas. Eles atuam como porta-vozes do governo quando é necessário confundir e paralisar alguma luta. É necessário um árduo trabalho para combatê-los e ganhar as bases para a política revolucionária da classe operária. A burocracia da CGT e CTA contribui abertamente para impedir a expansão das lutas, para derrotar as que se desenvolvem fora de seu controle ou para tomar a sua direção. É uma tarefa urgente expulsar a burocracia dos sindicatos e as direções da CGT e CTA, recuperando-os para a classe operária como organizações de luta.

10. Devemos combater toda idéia de fortalecer ou reconstruir o Estado. Esta tarefa é contrária aos interesses das massas porque fortalece o poder da burguesia para controlar e manter disciplinadas as massas dentro de seu ordenamento. Ao Estado há que exigir que garanta todas as liberdades, as condições sociais e democráticas imprescindíveis para poder viver como pessoas. Para as correntes nacionalistas o objetivo máximo é contar com um governo popular que humanize as condições de exploração, e não que as suprima, e, para eles, Kirchner representa este objetivo. Para os marxistas, o Estado da burguesia deve ser destruído por meio da revolução social, liquidando com a propriedade privada dos meios de produção como condição necessária e prévia para começar a construir uma nova sociedade.

11. Corresponde desenvolver a tática da frente única antiimperialista, contra-

pondo ao frentismo pró-burguês que propõem os setores nacionalistas que apóiam o governo e aqueles que não se opõem. E também contra o frentismo eleitoralista da esquerda, que tem características democratizantes e oportunistas, já que não corresponde a um processo de unidade nas lutas. O programa é uma questão vital. Para que a classe operária possa ser direção deve ficar claramente definida sua estratégia, seus princípios, seus métodos na construção de qualquer aliança com setores de classes médias oprimidas, ao contrário da estratégia desses setores. Essa premissa tem valor duplo quando se trata de frentes políticas com organizações que se reivindicam revolucionárias e até trotskistas.

12. Definimos uma plataforma de reivindicações, onde estão presentes as principais reivindicações sociais, democráticas, nacionais, uma plataforma que só poderá ser imposta por meio da ação direta das massas. Jamais por meios pacíficos, parlamentares. Encabeça esta plataforma a luta salarial e contra o desemprego. A luta nacional antiimperialista está formulada a partir da perspectiva da classe operária.

13. Estas tarefas que se depreendem desta caracterização põem em destaque a importância da construção do partido revolucionário, não há outra forma de efetivar a direção operária das lutas populares e as construções frentistas. Esta tarefa implica avançar na construção do programa da revolução na Argentina como parte da luta internacionalista da classe operária para sepultar o capitalismo. A construção do programa faz parte indubitavelmente da luta por ganhar o melhor da vanguarda, os melhores elementos, os mais capazes, os mais decididos - devemos ir em sua busca. É uma única tarefa. O programa deve ser propagandeado permanentemente, a estratégia da classe operária deve ser defendida. Do contrário, não há como manifestar conscientemente a ideologia proletária. Ninguém pode fazer por nós, essa é nossa responsabilidade. Nenhuma corrente de esquerda, nem sequer aquelas que parecem mais radicais, fazem propaganda aberta pela ditadura do proletariado, pela revolução social, pela destruição do Estado da burguesia, pelo comunismo. Esta tarefa está reservada aos revolucionários.